

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa no. 02, em 31 de dezembro de 2018 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.547.672 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 3.193.220, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

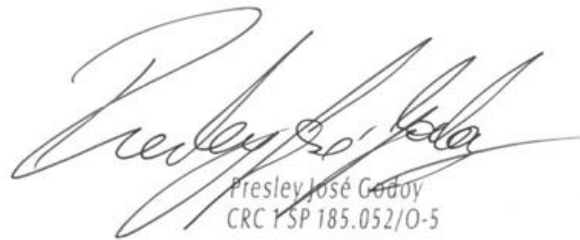
Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2019.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5

**UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO
BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		-	-
Aplicações Financeiras - sem restrição	03	22.169	1.457.012
Convênios a receber – líquido de provisão	04	4.505.425	3.192.072
Adiantamentos		48.410	95.350
Estoques		429.741	353.388
Outros ativos circulantes		9.152	9.046
Total do ativo circulante		5.014.897	5.106.868
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		341.263	271.066
Imobilizado líquido	05	616.226	737.132
Total do ativo circulante		957.489	1.008.198
TOTAL DO ATIVO		5.972.386	6.115.066

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		609.554	410.787
Obrigações sociais e fiscais		188.216	229.507
Provisão de férias e encargos		396.452	960.738
Empréstimos filiais	08	7.005.982	5.811.444
Outros passivos circulantes		7.913	22.283
Total do passivo circulante		<u>8.208.117</u>	<u>7.434.759</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contingências a pagar	09	858.100	-
Empréstimos filiais	08	9.453.841	11.029.482
Total do passivo não circulante		<u>10.311.941</u>	<u>11.029.482</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido/passivo descoberto		<u>(12.547.672)</u>	<u>(12.349.175)</u>
Total do patrimônio líquido/passivo descoberto		<u>(12.547.672)</u>	<u>(12.349.175)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		<u>5.972.386</u>	<u>6.115.066</u>

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais

	Nota	2018	2017
RECEITAS			
Contrato de Convênio	07	35.323.741	33.777.431
Total Receita		<u>35.323.741</u>	<u>33.777.431</u>
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos dos serviços prestados		(25.997.707)	(28.716.656)
Receita operacional líquida		<u>9.326.034</u>	<u>5.060.775</u>
DESPESAS			
Administrativas e gerais		(813.628)	(721.843)
Serviços de terceiros		(3.282.097)	(3.289.364)
Manutenção	06	(478.726)	(408.194)
Depreciação		(125.289)	(125.632)
Constituição/reversão de contingências		(858.100)	-
Créditos de liquidação duvidosa		(3.208.863)	(10.155.841)
Total das despesas		<u>(8.766.703)</u>	<u>(14.700.874)</u>
Superávit/(déficit) operacional		<u>559.331</u>	<u>(9.640.099)</u>
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações e eventuais		1.299	341
Resultado financeiro líquido		(763.510)	(755.817)
Total das receitas/(despesas) operacionais		<u>(762.211)</u>	<u>(755.476)</u>
Superávit/(déficit) do exercício		<u>(202.880)</u>	<u>(10.395.575)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Superávit/ (déficit Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>(1.964.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.964.197)</u>
Transferência de Patrimônio Líquido	10.597	-	-	10.597
Déficit do exercício	-	-	(10.395.575)	(10.395.575)
Transferência de déficit sem restrição	(10.395.575)	-	10.395.575	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>(12.349.175)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.349.175)</u>
Transferência de Patrimônio Líquido	4.383	-	-	4.383
Déficit do exercício	-	-	(202.880)	(202.880)
Transferência de superávit sem restrição	(202.880)	-	202.880	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>(12.547.672)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.547.672)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Demonstrações Condensadas do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(202.880)	(10.395.575)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	125.289	115.036
Baixa patrimonial	4.383	-
Constituição de contingências	858.100	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	-
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	1.434.843	(876.232)
Convênios a receber	(1.313.353)	6.878.893
Adiantamentos	(76.353)	(9.760)
Estoques	46.940	205.479
Outros ativos	(70.303)	(87.118)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	198.767	(33.109)
Obrigações sociais e fiscais	(41.291)	(5.761)
Provisão de férias e encargos	(564.286)	(5.419)
Outros passivos	(14.370)	(12.211)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	385.486	(4.225.777)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado	(4.383)	-
Transferência patrimônio (matriz para filial)	-	10.597
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(4.383)	10.597
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos		11.029.482
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(381.103)	(6.814.352)
Recebimentos de empréstimos – matriz		
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(381.103)	4.215.130
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-	(50)
Caixa e equivalentes no início do período	-	50
Caixa e equivalentes no fim do período	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-	(50)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UPH LESTE - UNIDADE HOSPITALAR ZONA LESTE / GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566.0012-88

**Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Olhos de Sorocaba portador do CNPJ n.º 50.795.566/0001-25 qualificada como Organização Social de Saúde é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecido juridicamente de Utilização Pública Estadual pelo Decreto n.º 6.670, publicado no D.O.E. de 28/03/1990. O Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Sorocaba e o Banco de Olhos de Sorocaba tem como objeto a implantação, estruturação, operacionalização e gerenciamento da Unidade Pré-Hospitalar - UPH Zona Leste Sorocaba. O convênio foi assinado em 15 de julho de 2013, prorrogado, a partir de 15 de janeiro de 2015 até 14 de julho de 2016, conforme renovação de contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.547.672 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 3.193.220, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Aplicações em fundos de investimentos	22.169	1.457.012
Total	22.169	1.457.012

4. CONVENIOS A RECEBER

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Sorocaba	17.870.129	13.347.913
(-) Provisão de Credito Liquidação duvidosa	(13.364.704)	(10.155.841)
Total líquido de provisão	4.505.425	3.192.072

5. IMOBILIZADO

Os valores registrados como imobilizado foram transferidos da Matriz para a filial (UPH - Leste), enquanto da vigência do contrato, conseqüentemente os valores foram contabilizados diretamente no grupo "imobilizado" e a contra-partida no "patrimônio líquido" considerado como transferência de patrimônio.

6. DESPESAS DE MANUTENÇÃO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 foram aplicados valores para manutenção predial principalmente na estruturação e operacionalização, conforme abaixo:

	2018	2017
Conservação predial	373.636	257.618
Conservação equipamentos	71.133	106.231
Conservação de móveis e utensílios	19.483	32.229
Outros	14.474	12.116
Total	<u>478.726</u>	<u>408.194</u>

7. CONTRATOS DE CONVÊNIOS

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a entidade faturou pelos serviços prestados através de Contrato de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Sorocaba cujos valores contabilizados em receita:

	2018	2017
Contrato de Convênio - Pré-fixado	28.279.256	27.048.978
Contrato de Convênio - Pós-fixado	<u>7.044.485</u>	<u>6.728.453</u>
Total	<u>35.323.741</u>	<u>33.777.431</u>

8. EMPRÉSTIMOS MATRIZ/FILIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Entidade mantém registrado nessa rubrica o montante de R\$ 16.459.823 e de R\$ 16.840.926, respectivamente, decorrentes de valores em atrasos, provenientes do Contrato de gerenciamento da UPH Leste. Objetivando a manutenção do referido contrato de gerenciamento foi transferido recursos da matriz, a fim de cobrir as despesas mensais.

9. CONTINHECIAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 a unidade constituiu contingências a pagar no montante de R\$ 858.100 decorrentes de estimativa de rescisão contratual.

10. EXECUÇÃO DO CONVENIO DE GERENCIAMENTO DA UPH ZONA LESTE SOROCABA

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2018.

Competência	Metas de Atendimentos	Nº Atendimentos Totais Realizados	% Realizado x Contratado
jan/18	30.000	28.970	96,57%
fev/18	30.000	26.159	87,20%
mar/18	30.000	29.433	98,11%
abr/18	30.000	28.712	95,71%
mai/18	30.000	26.086	86,95%
jun/18	30.000	24.495	81,65%
jul/18	30.000	25.969	86,56%
ago/18	30.000	25.186	83,95%
set/18	30.000	26.032	86,77%
out/18	30.000	25.710	85,70%
nov/18	30.000	25.967	86,56%
dez/18	30.000	26.166	87,22%
Total	360.000	318.885	88,58%

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2017.

Competência	Metas de Atendimentos	Nº Atendimentos Totais Realizados	% Realizado x Contratado
Jan/17	30.000	29.448	98,16%
Fev/17	30.000	29.011	96,70%
Mar/17	30.000	34.183	113,94%
Abr/17	30.000	30.386	101,29%
Mai/17	30.000	36.607	122,02%
Jun/17	30.000	33.565	111,88%
Jul/17	30.000	31.395	104,65%
Ago/17	30.000	33.017	110,06%
Set/17	30.000	34.880	116,27%
Out/17	30.000	32.410	108,03%
Nov/17	30.000	28.875	96,25%
Dez/17	30.000	27.684	92,28%
Total	360.000	381.461	105,96%

11. ATENDIMENTOS DO CONVENIO GERENCIADO DA UPH ZONA LESTE SOROCABA

Posição 2018

		Meta Mensal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Meta Anual
Atend. por prof. de nível sup.	Consulta por profissional de nível superior (*) o nº de consultas de prof. de nível superior em atenção especializada (exceto médicos) não poderá ultrapassar 50% do total das consultas realizadas ao mês.	30.000	28.970	26.159	29.433	28.712	26.086	24.495	25.969	25.186	26.032	25.710	25.967	26.166	318.885	360.000
Proc. Odont. não cons.	Atendimento Odontológico todos que não consultas	600	893	652	747	659	614	575	642	712	737	825	774	762	8.592	7.200
Proc. de enfermagem	Teste realizado fora da estrutura (021401)	2.078	4.826	4.159	4.975	5.620	5.605	6.060	5.999	5.595	5.959	5.985	6.541	5.519	66.843	24.936
	Coletas em geral (020102)	5.000	5.337	4.923	4.774	4.642	4.760	4.409	4.354	4.148	4.215	4.458	4.700	4.478	55.198	60.000
	Atendimentos de enfermagem (030110)	20.115	19.447	17.731	20.902	22.185	21.924	21.905	24.524	22.401	22.604	23.812	24.600	21.995	264.030	241.380
Cirurgias ambulatoriais e SADT	Suturas, drenagens, curativo grau I e II (040101)	452	424	396	331	212	228	194	237	166	178	180	179	179	2.904	5.424
	Facoemulsificação e Facetomia (0405050097, 0405050100, 0405050372)	100	100	100	98	101	100	100	98	99	100	100	100	103	1.199	1.200
	Diagnósticos em laboratório (020201,020202,020203,020205,020208,020209)	13.812	18.234	17.378	16.943	16.302	16.364	15.382	15.880	15.369	15.119	15.970	17.258	17.092	197.291	165.744
	Radiologia (0204)	4.440	5.306	5.113	5.778	5.934	7.009	6.632	6.183	5.745	5.532	5.728	5.972	5.220	70.152	53.280
	Exames espec. (021106)	3.482	4.566	3.837	5.762	5.769	4.380	4.891	5.576	5.065	5.363	5.686	1.236	4.832	56.963	41.784
	Eletrocardiograma (0211020036)	500	1.086	1.038	1.090	1.095	1.092	1.125	1.058	1.077	1.018	1.077	1.027	1.143	12.926	6.000
Atendimentos por profissionais de nível superior	Consultas em Clínica Médica		13.014	11.690	12.842	12.500	11.869	11.164	11.712	11.089	11.261	10.420	10.632	11.362	139.555	
	Consultas em Pediatria		1.915	1.876	3.422	4.096	4.018	2.963	2.433	2.336	2.828	2.882	2.727	2.501	33.997	
	Consultas Especializadas - Oftalmologia		1.377	1.225	1.489	1.431	1.197	1.300	1.479	1.325	1.386	1.529	1.328	1.353	16.419	
	Consultas Enfermeiro		11.669	10.419	11.053	9.741	8.098	8.385	9.600	9.482	9.543	9.797	10.281	9.841	117.909	
	Consultas Farmacêutico		27	27	0	47	37	29	66	92	97	94	92	87	695	
	Consultas Assistente Social		231	271	0	247	280	140	116	292	347	392	298	335	2.949	
	Consultas Odontologia		737	651	627	650	587	514	563	570	570	596	609	687	7.361	
	Total de Consultas		28.970	26.159	29.433	28.712	26.086	24.495	25.969	25.186	26.032	25.710	25.967	26.166	318.885	
Total Geral			89.189	81.486	90.833	91.231	88.162	85.768	90.520	85.563	86.857	89.531	88.354	87.489	1.054.983	966.948

Posição 2017

Metas Totais Incluído: Consultas, Procedimentos e Sadts (exames)

		Meta Mensal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Meta Anual
Atend. por prof. de nível sup.	Consulta por profissional de nível superior (*) o nº de consultas de prof. de nível superior em atenção especializada (exceto médicos) não poderá ultrapassar 50% do total das consultas realizadas ao mês.	30.000	29.448	29.011	34.183	30.386	36.607	33.565	31.395	33.017	34.880	32.410	28.875	27.684	381.461	360.000
Proc. Odont. não cons.	Atendimento Odontológico todos que não consultas	600	826	701	811	912	812	814	792	801	745	736	769	903	9.622	7.200
Proc. de enfermagem	Teste realizado fora da estrutura (021401)	2.078	6.396	5.801	6.074	5.591	5.862	5.340	5.705	6.216	5.871	5.291	4.683	3.972	66.802	24.936
	Coletas em geral (020102)	5.000	5.452	4.613	5.210	4.628	5.057	4.790	4.973	5.153	5.809	5.456	5.082	4.673	60.896	60.000
	Atendimentos de enfermagem (030110)	20.115	26.368	25.010	28.446	25.637	29.529	28.483	27.275	28.575	31.561	23.105	18.259	17.977	310.225	241.380
Cirurgias ambulatoriais e SADT	Suturas, drenagens, curativo grau I e II (040101)	452	458	430	434	389	422	363	404	360	302	291	354	362	4.569	5.424
	Facoemulsificação e Facetomia (0405050097, 0405050100, 0405050372) *	100				81	151	140	102	105	100	100	100	100	979	900
	Diagnósticos em laboratório (020201,020202,020203,020205,020208,020209)	13.812	18.602	14.738	16.583	15.191	16.654	15.821	17.433	17.827	19.430	18.061	17.489	16.117	203.946	165.744
	Radiologia (0204)	4.440	4.826	4.286	5.682	5.699	6.243	6.669	6.726	6.574	7.189	6.860	6.099	6.043	72.896	53.280
	Exames espec. (021106)	3.482	3.203	3.555	3.256	4.080	8.101	5.472	4.126	4.349	4.270	4.599	4.600	4.005	53.616	41.784
	Eletrocardiograma (0211020036)	500	923	922	803	846	1.028	1.181	1.090	1.240	1.249	1.048	1.037	1.071	12.438	6.000
Atendimentos por profissionais de nível superior	Consultas em Clínica Médica		11.952	11.348	13.150	11.195	12.606	12.247	12.262	12.889	14.029	13.212	11.976	11.821	148.687	-
	Consultas em Pediatria		1.972	2.210	3.167	3.178	3.731	3.174	2.374	2.802	3.552	3.559	3.004	2.511	35.234	-
	Consultas Especializadas - Oftalmologia		1.085	1.197	1.102	1.241	2.298	1.592	1.227	1.321	1.326	1.356	1.437	1.238	16.420	-
	Consultas Enfermeiro		13.716	13.661	15.996	14.017	17.025	15.676	14.595	15.147	15.067	13.258	11.498	10.995	170.651	-
	Consultas Farmacêutico		24	27	31	22	24	28	25	25	25	22	26	23	302	-
	Consultas Assistente Social		50	50	100	50	292	265	301	187	230	327	222	345	2.419	-
	Consultas Odontologia		649	518	637	683	631	583	611	646	651	676	712	751	7.748	-
	Total			29.448	29.011	34.183	30.386	36.607	33.565	31.395	33.017	34.880	32.410	28.875	27.684	381.461

OBS.: * Termo Aditivo assinado em 03/04/2017 com inclusão das Cirurgias: Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável, Facetomia com e sem implante de lente.

12. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

13. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIUBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributaria é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 41 do Estatuto Social).
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 42 do Estatuto Social).
- c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

14. CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO.

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, conseqüentemente usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- Existe fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido;

15. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:

Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

16. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpri as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações financeiras e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.